

A academia ao sul do cyberspace*

Heloísa Buarque de Hollanda

Para falar das questões que se colocam para os intelectuais “periféricos” que navegam na internet, vou contar a minha experiência pessoal, a história de uma intelectual minoritária em todos os sentidos, tentando achar meu equilíbrio nas ondas, muitas vezes agitadas, da web.

Esta história começa no México, mais precisamente, num seminário também ligado a este Programa da Fundação Rockefeller e organizado pelo Néstor Garcia Canclini e pelo George Yúdice no final da década de 90 na UNAM. A cena era a de um encontro preparatório para a criação da Interamerican Cultural Studies Network, a IACSN. Ao mesmo tempo, em se tratando de um rede específica de Estudos Culturais, propunha-se um diagnóstico do estado da arte ou melhor, uma possível definição da prática, na América Latina, desta polêmica nova disciplina (ou quase-disciplina), que, naquela época, ainda era vista como um fenômeno suspeito no panorama das formações disciplinares emergentes.

Tínhamos então na agenda daquele encontro, pelo menos dois compromissos explícitos – o primeiro, definir a área de Estudos Culturais e suas variáveis na América Latina e o segundo, estabelecer os parâmetros para uma colaboração intercontinental, através da criação de uma rede eletrônica de produção e divulgação de conhecimento no campo da cultura e de suas políticas.

No final do Encontro, coube a George e a mim a tarefa de ativar os dois primeiros pólos da IACSN – um em Nova York com base institucional no Hunter College e o segundo no Rio baseado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Se assim era, assim nos dividimos. George passou a pesquisar e a viajar visitando centros e pesquisadores latino-americanos, com o propósito de pensar a área e seus integrantes, em seus contextos regionais, e eu comecei a trabalhar a metodologia de implantação da rede. Rapidamente ficou claro para mim porque eu tanto me empenhava na configuração desta metodologia. Diria, que eu sonhava, gramscianamente, com uma saudosa guerra de posição para enquadrar o real assunto de que tratávamos, ou seja, a definição das novas regras e políticas da circulação do capital acadêmico no mercado

* Trabalho apresentado no seminário Políticas Culturales en el Fin de Siglo, realizado pela Rockefeller Foundation – Universidad de la Republica – CEIL e organizado pelo Prof. Hugo Achugar, em Montevideú, Uruguai, entre 05 e 09 de agosto de 1999.

transnacional. George, em seu relatório de campo, também já se mostrara preocupado com isso. Mesmo assim, a IACSN tinha um propósito meio protecionista. Dizia este primeiro relatório ou *statement*, aprovado na segunda reunião de discussão da rede, um ano mais tarde, em Bellaggio, que uma das prioridades do projeto deveria ser desfazer os estereótipos correntes em torno da produção intelectual e artística da América Latina, denunciando sua preocupação com a formulação de políticas de inserção na *web*, problema quente, do qual não pretendo abrir mão no decorrer desse meu diário de ansiedades.

De qualquer forma, o que quero trazer aqui é que a experiência da implantação desta rede, na UFRJ, vem demonstrando que estamos num momento particularmente oportuno para o estudo e para uma discussão mais ampla das transformações e perspectivas que se anunciam nas políticas de produção e consumo do circuito acadêmico.

É neste sentido, que vou procurar descrever alguns pontos que me chamaram atenção mais diretamente durante esta experiência.

De uma maneira bastante geral, são eles: a estimulante dificuldade em apreender os limites ou em definir o campo de trabalho dos Estudos Culturais; os efeitos da natureza globalizante da pesquisa local no universo da internet; a reavaliação das possíveis formas da produção de conhecimento quando trabalhada neste universo “planetário”, e finalmente os irônicos caminhos abertos para o intelectual cyberengajado.

É importante lembrar que não sou especialista em redes e que trago apenas aquela fascinação absolutamente comum a todos que se iniciam nesta prática. Lembro também que estou falando como usuária e uma usuária que procura desesperadamente permear-se pelos avanços pós-modernos, mas que tem recaídas terríveis na história de sua origem de profissional dos anos 60.

Vamos aos pontos: A eleição de uma área como os Estudos Culturais para a implantação de um projeto de informação e pesquisa na internet foi fundamentalmente estratégica. Se, por um lado, os Estudos Culturais oferecem o risco do trabalho numa área ainda não consolidada e, portanto, de relativamente pouca densidade teórica e epistemológica, por outro, esta mesma área vem revelando traços bastante claros da emergência de um debate e mesmo de uma possível luta, no interior do espaço acadêmico, extremamente oportuna e promissora.

Talvez a melhor definição que me ocorra hoje para a área dos Estudos Culturais seja não em termos da novidade de suas fronteiras disciplinares, mas certamente

enquanto, basicamente, um projeto de política acadêmica. Sendo ainda um pouco mais romântica, seguiria a sugestão de Arturo Escobar, que vê os Estudos Culturais na América Latina como um projeto transnacional para pensar sobre o mundo presente e seus futuros possíveis”¹.

Ao mesmo tempo, o exame das auto-definições (ou a ausência delas) das comunidades científicas sobre o que seriam os Estudos Culturais em diferentes contextos locais e nacionais, – resultado do mapeamento que George Yúdice realizou na América Latina – mostra uma flutuação interessantíssima não só quanto à delimitação dessa área de pesquisa, mas ainda quanto à sua *afiliação* disciplinar.

Uma primeira observação neste sentido é a de que talvez os Estudos Culturais sejam a primeira área de conhecimento visceralmente contextualizada de que temos notícia, ou seja, que só pode ser pensada em função de um dado contexto social e/ou institucional. Ou melhor, o próprio exercício da produção de saber nessa área, dependendo do contexto em que se insere, migra de uma disciplina para outra, altera prioridades, determina discursos e práticas estruturalmente diversificadas. Em relação aos campos disciplinares, podemos observar uma oscilação inclusive quanto ao topo eleito para sua “afiliação” e legitimação curricular.

Assim, o exame das diferenças entre os vários Estudos Culturais hoje existentes em diferentes contextos acadêmicos regionais, é sem dúvida também o exame de algumas transformações em curso nas lógicas locais da produção de conhecimento em nossos dias.

Nos países da América Latina, estes estudos começam a expandir-se e legitimar-se na segunda metade da década de 1980, em meio aos processos de abertura política no Cone Sul, e oferecem-se como campo para pensar a reinserção democrática nestes países. É neste momento que o debate acadêmico latinoamericano começa também a absorver novas questões determinadas pela reorganização das fronteiras nacionais sob o impacto da globalização bem como aquelas relativas às novas formas de articulação da sociedade civil e seu diálogo com o Estado. Estas articulações intensificam-se em função da baixa capacidade do Estado em responder às demandas da sociedade civil, passando este a depender cada vez mais de atuações em âmbito internacional, definindo, no campo político e acadêmico, a necessidade da consolidação de uma *sociedade civil global*. Não seria mais muito arriscado dizer que hoje em dia os Estudos Culturais são as ONGs

¹ Escobar, Arturo. Debate no seminário da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, (CIEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 1995.

universitárias, sinalizando a possibilidade da formação de uma frente acadêmica transnacional capaz de promover a articulação de uma ponte entre a academia, a sociedade civil e o Estado.

É pensando nesse momento bastante especial, que percebo a área dos Estudos Culturais como uma arena importante para ser trabalhada, com suficiente cuidado e malícia, no ambiente descentralizado da internet.

Sem abrir mão do otimismo que a potencialidade dos Estudos Culturais nos oferece, não gostaria de deixar de sublinhar que este espaço acadêmico transnacional, como não poderia deixar de ser, é marcadamente desigual, com especificidades locais determinadas não só pela história cultural e pelas próprias tradições da produção de conhecimento de cada região, mas também pelo lugar estratégico que esteja ocupando nos networks globais.

No que diz respeito às novas lógicas da produção de conhecimento, uma primeira alteração que o trabalho nas infovias nos traz é a constatação de que a informação acadêmica ou científica já não é propriedade exclusiva de alguns intelectuais esclarecidos. Uma rápida navegação, mesmo para pesquisadores “não fluentes”, pode disponibilizar uma quantidade até hoje inédita de bibliografia, dados e informações nos mais impensáveis assuntos ou campos de estudo ou pesquisa. Ou seja: a posse ou o acesso à informação não é mais o grande capital do cientista atual. Já em 1979, portanto há vinte anos atrás, Lyotard² havia nos mostrado que a produção científica neste final de milênio se faria preferencialmente através da expertise e da criatividade na ARTICULACAO das informações disponíveis e na interpretação desta articulação, minimizando o impacto das “descobertas” do intelectual tradicional, mudando substancialmente os parâmetros da avaliação da performance científica.

Ora, se, em função da hyperacessibilidade da informação em nossos dias, intelectuais e pesquisadores já se sentem acuados com a perspectiva da “vulgarização” (ou democratização) de seus mais escondidos capitais e recursos de trabalho, surge um segundo complicador: os efeitos da natureza globalizante de um ambiente como o da *web* para a produção acadêmica dos países de Terceiro Mundo ou, melhor, emergentes.

Começo a pensar nisso com alguma preocupação a partir da constatação elementar de que o inglês é a língua default da *web*. Como todos sabemos, os USA é o único país que não precisa ser especificado no sufixo das URLs ou dos endereços eletrônicos que

² Lyotard, Jean-François. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Ed.Minuit, 1979.

circulam na rede. Em princípio, não diria que se trata de um planejado imperialismo cibernético. Mas, para os que falam uma língua difícil e pelo menos sentida como minoritária, como o português que é caso da minha experiência específica, este poderio do inglês constitui-se num impacto inicial razoavelmente desorientante.

Este exemplo é particularmente interessante porque vai sinalizar não apenas a presença de novas formas de reprodução de desigualdades na web, mas, sobretudo, a presença de sua contrapartida: a possibilidade criativa de enfrentá-las e abrir caminhos para a defesa do direito de todos à igualdade de acesso e uso das novas tecnologias. Falo de um tipo fascinante de negociação da questão das línguas nacionais presente em alguns dicionários de SPANGLISH ou PORTINGLISH hospedados na rede. Spanglish é o espanhol usado pelo navegador não fluente em inglês. Aceitando a premissa de que o cyberspace é (pelo menos até hoje) um domínio americano e, portanto, de língua inglesa, o Spanglish aceita, de forma aparentemente pacífica, o **vocabulário** (mouse, delete, edit etc) inglês, trazendo, entretanto, ao mesmo tempo, uma variável importantíssima: a radical recusa de sua **gramática** (dois mouses) e **sintaxe** que são precisamente os elementos considerados decisivos na identificação de um idioma ou dialeto.

Desta forma, os usuários apropriam-se do vocabulário inglês disponível e o submetem às regras e lógicas de suas línguas vernaculares desenhando assim novas inflexões e territorialidades geopolíticas & linguísticas.

Não há dúvida de que já foram lançados softwares e programas de tradução para leituras quase simultâneas em diferentes línguas. Mas tradução neste caso gera necessariamente uma perda significativa de estilo, de ironia e, em última análise, de poder comunicativo. Este problema da língua que está se configurando cada vez mais interessante, ainda que tópico, é exemplar no sentido de mostrar as repostas que estão sendo geradas diante de situações de assimetria no ambiente globalizado da internet.

Por outro lado, o exame da hegemonia do inglês na web torna-se cada vez mais importante na medida do aumento progressivo do número de usuários que não dominam o inglês neste ambiente. Para citar o caso brasileiro, as estatísticas comprovam este decréscimo: em 1996, 62% dos usuários brasileiros da rede falavam inglês. Em 1997, este número cai para 58% e em 1998, para 55%.

Estes índices sinalizam a tendência de uma popularização e diversificação da escolaridade por parte dos usuários da rede, bem como a ampliação deste uso fora da área financeira e comercial, áreas cujo idioma básico é inglês.

Mas, pensando, por exemplo, no potencial da rede como fórum político, um uso que está se mostrando cada vez mais atraente, temos um indicador problemático: segundo Sonia Aguiar, apenas 30% das discussões temáticas das conferências listadas na Rede AlterNex, integrante brasileira da Association for Progressive Communications (APC) – em fevereiro de 1995, era em português, o que exclui milhares de lideranças sindicais e comunitárias, professores de nível médio, técnicos de administração municipais entre outros tantos agentes multiplicadores potenciais que deveriam ser incentivados a usar a rede. Esta escassez de material em português além de restringir seriamente o tratamento de temas de interesse nacional por estes segmentos, restringe ainda a fixação de uma perspectiva brasileira sobre essas questões circulando na rede.

Estes dados levam a uma pergunta, tardia neste paper mas sempre oportuna, que é se a presença da América Latina na internet é ainda apenas uma perspectiva otimista ou já se constitui numa realidade concreta. A resposta, diria eu, fica infelizmente na ordem da primeira opção. Mesmo assim, alguns dados podem surpreender. Estima-se, por exemplo, que o número de usuários da internet na América Latina aumenta 33% anualmente e que os 5.7 milhões de usuários em 1998 passarão à 24.3 milhões em 2003³. A evidência deste crescimento acelerado aliada à expectativa de uma abertura até hoje impensável em relação ao amplo acesso à informação e à novos canais de comunicação e intercâmbios científicos, políticos, culturais e comerciais, coloca em pauta novas e urgentes questões para as regiões e segmentos culturais ao sul do cyberspace.

Evidentemente, devemos estar atentos aos interesses comerciais em jogo, como assinala Delarbre⁴ (1998), mas é interessante observar, mais uma vez, os índices apontados pelas pesquisas e o expressivo crescimento da presença latino-americana na internet nos últimos anos. Nestes casos, ainda que os sites existentes sejam majoritariamente ligados aos negócios e à economia, é possível identificar que o uso da internet vem se constituindo num importante fator que vem alterando e ao mesmo tempo vem sendo retransformado pela referência cultural, atualizando hábitos, costumes e relações de trabalho.

Se tomarmos os índices do Yahoo sob uma perspectiva comparativa, mesmo sabendo que ele é parcial e incompleto, podemos ter uma visão geral sobre a América

³ http://www.nua.ie/surveys/index.cgi?f=VS&art_id=905354870&rel=true

⁴ Delarbre, Raúl T. Trabalho apresentado no seminário “Integración Económica e Industrias Culturales en América Latina y el Caribe” 30-31 de julho 1998 Buenos Aires, Argentina.

Latina de forma mais qualitativa. O Brasil (3519), México (3469) e Argentina (1903) são os países latinoamericanos com maiores índices de páginas web, destacados pelo Yahoo. Chile (798), Costa Rica (767), Venezuela (651) e Peru (609), apesar de serem países de proporções bastante diversas, se encontram quase em paralelo, depois dos outros três⁵.

É, entretanto, importante não perder de vista que, ainda que os índices venham registrando esse crescimento significativo da presença na internet, o perfil dos usuários nestas regiões denota ainda um desenvolvimento desigual no uso e no acesso às informações virtuais.

Seguindo ainda a classificação do Yahoo, para os países de maiores índices de páginas web, a maior presença é para as páginas de Negócios e Economia – Brasil (663), México (572) e Argentina (321). Chama a atenção o maior número de páginas web mexicanas sobre Artes e Humanidades e Ciências Sociais.

Os dados disponíveis apontam a grande concentração de sites na área econômica, mas, sob o aspecto sócio-cultural, o uso diversificado e alternativo por parte de inúmeros grupos sociais e a introdução de sites de artes, música e literatura, vem cada vez mais se destacando e mudando gradativamente o perfil dos usuários da internet.

Um bom exemplo – também mencionado por Delarbre – de novos hábitos e comportamentos gerados entre os navegadores da web é a proliferação dos cybercafés, refúgios que não apenas facilitam o acesso à internet àqueles que não tem esta facilidade, mas sobretudo se transformaram numa solitária e concorrida forma de socialização, especialmente das tribos jovens à procura de parceiros e aventuras virtuais. A página *Cybercafés in the Latin World*⁶ pode atestar isso.

No campo específico da produção acadêmica, que é o campo que estamos tratando aqui, salta aos olhos como, a cada momento, cresce o número de pesquisadores participando de redes transnacionais de discussão e pesquisa e que, a partir dos debates transculturais impostos pela própria sistemática deste tipo de pesquisa, a literatura científica periférica começa a se inserir nos horários nobres da academia metropolitana.

Seriam estes alguns sinais da abertura nas hierarquias milenares que constituem o diálogo acadêmico norte-sul? Ou estes sinais, mesmo na web, estariam confinados – como estão os departamentos universitários – a alguns poucos temas e guettos capazes de absorver inputs regionais periféricos?

⁵ <http://dir.yahoo.com/regional/countries/index.html>

⁶ <http://www.latinworld.com/special/cybercafes.html>

Nesse caso, a área de Estudos Culturais – que conforme vimos anteriormente traz o gens da transnacionalização – pode representar uma área politicamente estratégica, com boas perspectivas de fertilizar o espaço estruturalmente rizomático das infovias.

Passo então para meu segundo ponto, as mudanças nas relações entre parceiros, saberes e entre as próprias formas da produção acadêmica.

Uma pergunta que fatalmente se coloca neste sentido é sobre a lógica e os sentidos de um possível remapeamento identitário em processo nesse universo cuja natureza é radicalmente desterritorializada, fragmentada, globalizada e permeada continuamente por fluxos maciços de informação. Como os usuários da web se situam ou “constroem” seu pertencimento neste contexto imprevisível?

Tradicionalmente, os processos da identificação ou da representação identitária sempre foram feitos a partir dos parâmetros não de um, mas de **vários** pertencimentos: o pertencimento regional, o nacional, o temporal, o genealógico. No ambiente da internet, o que ocorre é precisamente o inverso, ou seja, a perda do valor indicial destas noções de tempo e de espaço.

Já começam surgir estudos interessantes sobre as novas formas da representação e pertencimento à comunidade virtual a partir do exame de como se processam a invenção, escolha e obtenção de um *password* ou senha de acesso à rede das redes.

A observação das formas de construção das homepages (não por coincidência chamada de *home*) pode ser, nesta direção, um campo privilegiado para a análise das encenações de subjetividades ou afirmações identitárias no espaço descentralizado da web. Outro ponto que chama atenção neste caso é a emergência definitiva da unidade “*home*”, um território menor, claramente pessoalizado e situado com mais precisão do que a noção de “local”, unidade de uso corrente nas negociações com o universo simbólico globalizado.

Por outro lado, esses novos micro territórios hyperlocalizados, sofrem um impacto destruturador nada desprezível ao conectarem-se, sem mediações e de forma aleatória, com o ambiente instável da informação planetária.

Outro exemplo significativo nesta direção é o da lógica espacial, ou mesmo “geográfica”, de um ambiente como o da internet em relação à mobilidade de uma informação. Como ocorre em qualquer processo informativo, a informação na rede percorre um caminho entre o emissor e o receptor dessa informação. Existe, portanto, um ponto de saída e outro de chegada. A diferença é que neste caso, por ser um caminho formado por vias flutuantes de comunicação que apenas **momentaneamente** se

conectam, o trajeto entre esses dois pontos não é identificável. Segundo os peritos no assunto é **impossível** repetir uma mesma “rota” entre os dois pontos referidos da informação. Cada mensagem, apesar de sair do mesmo ponto e chegar no outro mesmo ponto, percorre, a cada vez, caminhos totalmente diferentes. Navegar é, portanto, mudar de ambiente continuamente.

O que é importante guardar agora é que é de todo impossível conduzir uma informação de um ponto a outro de forma previsível. Um detalhe como esse vai alterar, talvez de forma bastante definitiva, nossa produção acadêmica e atividades de pesquisa.

Explico melhor. Até hoje, a organização e a avaliação da pesquisa foram feitas a partir da vigência de uma absoluta hierarquia do saber. A partir do entendimento de que a informação é um produto fixo, de que a unidade de troca da informação é relativamente permanente e de que esta se dá num ambiente sobretudo estável.

No caso de um ambiente como o da internet, a unidade individual da troca de informação, como acabamos de ver, é totalmente permeável. Consequentemente, a posição do pesquisador no âmbito de uma estrutura com esse novo formato é radicalmente alterada. As convenções **hierarquia** e **linearidade**, vitais para a pesquisa tradicional, tornam-se inócuas.

Como se isso não bastasse, a relação autor/leitor é igualmente caótica e incontrolável, na medida em que, na rede, o leitor é levado a operar de forma múltipla em seu, digamos, encontro com um texto. Não me refiro aqui às infinitas possibilidades abertas pela leitura tão bem descritas pela teoria da recepção. Falo dos efeitos de uma leitura no interior de um ambiente não linear, totalmente descentralizado e, portanto, bastante distinto da superfície fisicamente concreta e controlável de uma página de papel.

No contexto da *web*, ao contrário, o prognóstico mais realista é o de que o leitor saia *linkando* partes do texto do autor que está consultando ou apenas lendo com partes de novos textos que estejam real ou virtualmente sinalizados em sua “bússula particular”.

Inclusive, hoje, (como previu, com mais elegância, Lyotard mencionado acima), não é improvável, que o maior ou menor sucesso do trabalho do pesquisador seja diretamente proporcional à sua capacidade de *linkar* o que não estava *linkado*, ou ainda à sua criatividade no sentido de romper de fato os parâmetros vigentes nas relações interpessoais estabelecidas pela prática da pesquisa e da produção científica atuais.

Junto com essa observação um pouco desconfortável, vem outra mais dolorosa: a de que provavelmente o prestígio e a legitimidade do mito da autoria, um dos maiores encantos e fontes de prazer do intelectual moderno, anda correndo sérios riscos. Isso pode

ser bastante angustiante, mas também pode tornar-se altamente atraente para aqueles que queiram investir nas possibilidades de experimentação que as novas formas colaborativas de trabalho vêm oferecendo e que sem dúvida são as grandes responsáveis pelos processos de transformação textual que encontramos na net.

Ainda em relação aos efeitos da natureza incerta da navegação na internet sobre a produção acadêmica neste universo, onde com um pequeno clique abandona-se um texto ou os dados preciosos de uma pesquisa de ponta, surgem algumas novas exigências. Nesta direção, fica mais ou menos claro que o novo *scholar* ao pretender interagir ou ao hospedar seus resultados na web, além de competente, deve ser criativo; e mais: deve ser antes de tudo um **comunicador** já que a mera disponibilização de um trabalho no ambiente da internet não garante minimamente a “integridade” de seu texto.

O fato é que nosso autor-intelectual de feitiço tradicional perde mais um precioso capital que acumulou por tantos anos: além da língua, perde seu dialeto particular de acento elitizado e que lhe conferia uma aura e um preço.

Por outro lado, a natureza globalizante do trabalho na internet traz algumas perspectivas animadoras. Entre elas estão as possibilidades quase infinitas de troca e contatos entre a comunidade acadêmica e o agenciamento mais eficaz das múltiplas formas de intervenção política possibilitadas pela diversidade da informação hospedada na internet.

Um exemplo possível desta eficácia é o grau de fortalecimento que o acesso à internet vem proporcionando, de forma relativamente barata, às ONGs, sindicatos, movimentos de base ou produções culturais não legitimadas.

Dou o exemplo de um caso brasileiro, por ser mais próximo da minha experiência. Desde 1985, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE⁷ – vem sendo pioneiro no uso das redes eletrônicas para a ação social, intervindo em diferentes conjunturas, provendo o acesso à internet, através de FIDONET local nodes, para as ONGs brasileiras envolvidas em questões como a reforma agrária, direitos humanos, erradicação da fome e meio ambiente, e tornando-se o maior fomentador de campanhas de alta repercussão junto à opinião pública. Não vou aqui descrever as ações do IBASE mas o sucesso de campanhas como o “Movimento pela Ética na Política” (1992) ligado ao impeachment do Presidente Collor e a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (1996), que conseguiu dramatizar – de forma surpreendente e com efeitos

⁷ <http://www.ibase.org.br>

imediatos de mobilização popular – um problema a que os brasileiros já não prestavam mais atenção (a fome e a miséria). Campanhas como essas mostram bem como o uso estratégico dos recursos da comunicação virtual consegue, com incrível rapidez, articular novas formas de ação coletiva, provocar respostas da imprensa nacional e internacional, ou cobrar medidas imediatas do governo.

Um caso já clássico no Brasil neste sentido, – ainda que não tão fascinante quanto Chiapas -, foi a mobilização internacional e a repercussão obtida através da internet pelo Movimento dos Sem Terra (MST), que, desde 1979 – período no qual este tipo de reivindicação começa a ter maior presença na cena política do país – luta pela ocupação organizada de centenas de famílias de camponeses nas terras não cultivadas no território nacional. Em 1996, 37.000 famílias camponesas já viviam assentadas em 168 acampamentos do MST em vários estados. Em 17 de abril de 1996, em Eldorado de Carajás, o exército mata 19 trabalhadores sem terra. Ainda a partir desse confronto, 17 camponeses, entre eles 6 crianças, desaparecem inexplicavelmente. Não que a violência contra os sem terra seja novidade entre nós. Ao todo, segundo dados disponíveis, 1634 trabalhadores rurais foram mortos na luta pela terra nestes últimos 15 anos. Mas o episódio Carajás torna-se um marco na medida em que consegue divulgação inédita a partir da convocação de uma Assembléia Nacional articulando entidades importantes como a Conferência Nacional dos Bispos, o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, a Organização dos Advogados e a Central Única dos Trabalhadores entre outras. Esta articulação deu origem ao Fórum Nacional Permanente contra a Violência no Campo, campanha internacional de demanda de apoio contra atos de desrespeito aos direitos humanos e às violações de códigos de ética internacionais. Neste momento, simultaneamente, desenvolve-se uma ação intensiva de divulgação diária na rede de notícias de jornal, informes, manifestos e artigos em português, inglês e espanhol, além de faxes, e-mails, listas de discussão, apostando na pergunta formulada no manifesto contra a violência no campo: “Como as autoridades vão explicar ao mundo esses massacres?”. Em 1997, o MST ganha visibilidade internacional e poder de negociação local.

Ainda que originariamente a internet tenha entrado na maioria dos países com fins acadêmicos, vemos que a academia ainda é tímida e não testou seu potencial cultural e social no espaço público da web. Ao contrário, os sites das ONGs e demais organizações da sociedade civil tomaram a dianteira e vêm testando este espaço com sucesso. Estes sites se apresentam basicamente em função da definição de diagnósticos e respostas

diretas e imediatas a conflitos sociais e embates ligados a questão dos direitos humanos, defesa da democracia ou do meio ambiente. Este comportamento, ainda que reproduza a agenda tradicional destas organizações, no contexto de sua hospedagem na rede, aciona simultaneamente o estatuto que esta ou aquela demanda detém no cenário nacional e internacional, promovendo articulações entre grupos de diferentes países ou regiões e definindo o estabelecimento de sólidos networks que fortalecem o desempenho e ampliam a visibilidade das organizações locais. Um exemplo deste desempenho é a Rede de Organizações do Cone Sul, organizada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988, que articula as organizações negras do continente americano⁸.

Um rápido exame, por exemplo, dos principais sites brasileiros que podem ser recuperados nos eixos conceituais etnias/gênero, tanto no âmbito das organizações da sociedade civil quanto no âmbito da produção artística e cultural, vai mostrar a diversidade de usos possíveis do espaço da rede e de um movimento bastante intenso de exploração do espaço público virtual para novos desenhos de identidades, estratégias e políticas culturais.

Ao lado dos sites das organizações da sociedade civil, cresce também o uso da rede como espaço de “livre expressão” de grupos jovens, especialmente através de sites menos comerciais que são aqueles ligados à literatura.

No Cadê⁹, a maior ferramenta de busca brasileira, em julho de 1999, estão registrados 332 sites de poesia hospedados na rede. A maioria destes sites são de poetas não identificados com o *mainstream* literário e que constroem páginas bastante criativas, muitas vezes surpreendentes, cujo objetivo é resistência ou intervenção. Seja para “ter um lugar ao sol” (sic) como declara a homepage do grupo Caox¹⁰ do subúrbio do Rio, seja para denunciar desigualdades ou afirmar identidades étnicas ou sexuais. Na linha de afirmação de identidades sexuais, chama atenção o vigor da poesia lésbica na internet, um vigor que não encontra correspondente na cena poética brasileira offline. Encontramos sites engajados como “Mulheres que amam mulheres”¹¹ que, ao lado de poesia e contos oferecem links políticos ou outros como o “ARTEMIS – Fórum

⁸ <http://www.geledes.com.br>

⁹ <http://www.cade.com.br>

¹⁰ Caox <http://www.geocities.com/SoHo/Lofts/1418/>

¹¹ <http://www.geocities.com/WestHollywood/Village/2158/poesia.htm>

de Mulheres”¹², reunido especificamente em torno de uma volumosa e concorrida lista de discussão.

À poesia juntam-se o funk e o rap, que hoje no Brasil representam a força da cultura jovem contestatária, ligada à denúncia das desigualdades raciais e à conscientização da população negra, especialmente os jovens negros.

Do ponto de vista do trabalho acadêmico, a expansão destas formas de intervenção e disponibilização de dados e elementos geralmente gerados fora das fontes convencionais de pesquisa, como é o caso de sites culturais não canônicos ou de surveys e diagnósticos sociais produzidos com fins e compromissos dirigidos e que, agora encontram-se disponíveis em sites e homepages, abre um leque de possibilidades de informação e comunicação sem precedentes para a pesquisa científica *strito sensu*.

É precisamente em função destas novas possibilidades que se torna cada vez mais importante a produção de levantamentos e análises do vasto material hospedado na rede e o estudo do quadro de possibilidades de parcerias e articulações que o ambiente da internet permite, bem como a formulação de novas políticas científicas, uma tarefa que a flexibilidade dos Estudos Culturais permite assumir com certa facilidade.

Para terminar, quero lembrar uma velha história, já conhecida, mas que em algum momento será de ajuda neste sonho acadêmico que Jameson identificou ao definir os Estudos Culturais nada mais nada menos como um “bloco histórico”. O primeiro *network* criado e posto em funcionamento foi o ARPANET (on-line em 1969) financiado pelo *Advanced Research Projects Agency* do Departamento de Defesa americano.

O ARPANET foi criado a partir de uma linha de pesquisa da época áurea da Guerra Fria, com o objetivo de tornar as comunicações militares possíveis no caso de uma guerra nuclear, i.e., no caso de que o sistema de comunicações em si fosse destruído pelas armas nucleares soviéticas. Assim, a idéia de *network*, desenvolvida dentro deste quadro apocalíptico de uma perspectiva de conflito militar, foi pensada para ser um sistema altamente flexível, como uma rede geograficamente dispersa e feita de múltiplos pontos de articulação e ligação. A organização desta rede permitia que a informação pudesse mover-se de qualquer ponto para qualquer outro ponto através de inúmeras rotas possíveis. Assim, mesmo se milhares de rotas fossem destruídas, outras tantas poderiam continuar funcionando e a informação não pararia de circular.

¹² <http://www.geocities.com/Athens/Troy/9700/poesias.htm>

Outra curiosidade meio velha, mas sempre útil de ser lembrada: a palavra “cyber” vem do grego “kybernan” que quer dizer governar ou guiar.

Ficando apenas no campo da guerra, temos hoje disponíveis na internet duas opções: a *cyberwar*, um projeto antigo de guerra nuclear militar que provavelmente não usaremos na academia pelo menos num futuro próximo, e a *netwar* que se refere a conflitos relacionados com a difusão da informação em grande escala. Assim, uma *netwar* pode influir decisivamente sobre o que uma população sabe sobre si mesmo ou sobre o mundo. Pode apontar seu ataque em direção à opinião pública ou à opinião das elites. Pode intervir na diplomacia, na propaganda, na esfera das decisões políticas, pode ainda promover campanhas psicológicas, movimentos de protesto e oposição, subversões políticas e culturais além de sérias interferências na mídia local ou estrangeira.

Ironicamente – por presente de estratégias militares de guerra norte-americanas e pelo desejo de “Kybernan” (governar) – temos hoje disponível um espaço **ingovernável** – entre o “local e o global” – e que pode surpreender enquanto instrumento precioso para uma redefinição radical de novas esferas públicas de produção e atuação acadêmicas.